

# A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS PERCEPÇÕES DE PROFESSORAS DO MUNICÍPIO DE SOROCABA – SP

## AUTHORSHIP

Vanéli Pires Amaro 

Mestra em Educação na Universidade Federal de São Carlos. Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque (2011) e graduação em letras portuguesas pela Universidade de Sorocaba (2007). Atualmente é Diretora de escola no município de Votorantim-SP.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5808-8231>

E-mail: [vanelli.amaro@gmail.com](mailto:vanelli.amaro@gmail.com)

Recebido em:  
2020-12-10

Aprovado em:  
2021-01-15

DOI: <https://doi.org/10.24115/S2675-955120211123p.60-71>

## INTRODUÇÃO

### Avaliação na educação infantil: concepções e práticas avaliativas

Considerando o contexto escolar, a avaliação está presente como parte do processo educativo, recebendo grande destaque na prática pedagógica. Nas diferentes etapas da educação podemos identificar a avaliação ocorrendo de modo formal e informal (FREITAS, 2014). Em alguns momentos específicos com o uso de instrumentos como provas, trabalhos, preenchimento de fichas, relatórios, temos a avaliação formal; em diversas situações do cotidiano

escolar, na interação do professor com o aluno, encontramos a avaliação informal, de forma não explícita, mas influenciando os resultados finais da avaliação (GODOI, 2010). Em suma, o processo educativo é orientado pela avaliação. Nos últimos trinta anos, tem predominado nos sistemas educativos uma ênfase das avaliações externas, pautada em resultados e na busca por promoção da qualidade na educação. No entanto, estas avaliações levam a classificações e comparações, por um ponto de vista externo e que incita a competição entre as instituições educativas (DIDONET, 2014).

Como nas diferentes etapas da educação, a avaliação também está presente na educação infantil, que, apesar de não ter o mesmo destaque visto nas outras etapas, tem sido uma temática trazida para as discussões, sendo importante considerarmos suas especificidades, devido à faixa etária que atende e suas finalidades, já consolidadas em documentos oficiais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (BRASIL, 1996), em seu Artigo 31, determina que a avaliação deve ser realizada “mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009a) estabelecem que os procedimentos para avaliação devem ser criados pelas instituições de educação infantil como um acompanhamento do trabalho pedagógico e avaliação do desenvolvimento das crianças, “sem objetivo de seleção, promoção ou classificação”, reiterando a lei anterior e delineando o que deve ser garantido por meio da avaliação.

As medidas legais estabelecidas são importantes para trazer direção e resguardar a educação infantil. No entanto, a falta de compreensão de educadores quanto à especificidade de avaliar nesta etapa os leva a reproduzir práticas classificatórias e excludentes presentes nos outros níveis da educação, distanciando-se do que dispõe a legislação (HOFFMANN, 2014a). Para avaliar as crianças pequenas da educação infantil, as práticas avaliativas precisam estar alinhadas às finalidades educativas desta etapa da educação, tendo em vista que “são construídas em um ambiente extremamente plástico e dinâmico, tal como se caracteriza o processo de construção de conhecimento na primeira infância” (HOFFMANN, 2014b, p. 243). Deste modo, as práticas avaliativas comuns em outras etapas da educação, como provas, testes e trabalhos, não são adequadas para avaliar a criança na educação infantil.

Na educação infantil, a avaliação tem especificidades derivadas das características etárias das crianças, nos aspectos físicos, psicológicos e sociais, correlacionadas às formas culturais em que se dá sua formação humana, dependentes das finalidades e objetivos que a sociedade determina para essa etapa da educação, dos ambientes e espaços em que ela se realiza e das interações que se estabelecem entre crianças e entre crianças e adultos. Não pode ser tratada, por isso, da mesma forma como o é a avaliação do ensino fundamental, médio ou superior. (DIDONET, 2014, p. 352).

É possível identificar influências das características das avaliações, bem como de práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino fundamental, permeando a educação infantil. Conforme estudo realizado por Godoi (2010, p. 101), apesar de não identificar instrumentos formais de avaliação como as provas, a pesquisadora encontrou marcas, principalmente na avaliação informal, como o controle de comportamentos e a classificação, verificando “que, desde cedo, já na educação das crianças pequenas, estão presentes os mecanismos de avaliação que ocorrem no ensino fundamental”. Uma característica muito presente na educação infantil é a preocupação com o preparo das crianças para o ensino fundamental. Pela falta de compreensão da finalidade dessa primeira etapa da educação básica, essa tendência preparatória acaba antecipando práticas e conteúdos referentes ao ensino fundamental, principalmente em relação à alfabetização. Assim, muitos professores de educação infantil buscam atender essa expectativa, preparando a criança por meio do oferecimento de conteúdos e realização de práticas avaliativas próprias do ensino fundamental. No entanto, conforme Moro (2016, p. 343):

A Avaliação das crianças na educação infantil não pode estar a serviço do ensino fundamental, não pode se orientar pelo currículo do 1º ano. O foco da avaliação na educação infantil se centra na criança integral, nela como um todo, na sua complexidade e particularidade e na diversidade das crianças entre elas.

A não antecipação do ensino fundamental é claramente defendida nos documentos legais e orientadores, sendo destacada a importância de um processo de transição e continuidade ao final da educação infantil. Além dos documentos normativos e orientadores, vários estudos apontam caminhos para avaliar na educação infantil, trazendo conceitos, possibilidades e esclarecimentos sobre sua realização (GODOI, 2010; HOFFMANN, 2014a; MORO, 2016; RINALDI, 2017). O ato de avaliar na educação infantil pode ser definido como um acompanhamento das crianças em suas ideias e manifestações, com o intuito de “planejar ações educativas significativas” (HOFFMANN, 2014a). A autora destaca a importância de o professor ter um olhar atento, sensível e confiante em relação às crianças, como também em relação ao contexto da instituição, considerando as relações que as crianças estabelecem.

Avaliar na educação infantil exige do professor uma postura comprometida com o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças. A avaliação também deve ser um instrumento para o aprimoramento de sua prática pedagógica. Por meio das informações e reflexões que se faz das manifestações das crianças é possível planejar o trabalho educativo de acordo com suas necessidades, bem como realizar intervenções individuais ou com o grupo, tendo em vista promover seu avanço cognitivo e social. Assim, o ato de avaliar torna-se um mediador nesse processo. Hoffmann (2014a, p. 15), ao trazer a concepção mediadora da avaliação, destaca a importância da ação pedagógica:

Não basta estar ao lado da criança, observando-a. Planejar atividades e práticas pedagógicas, redefinir posturas, reorganizar o ambiente da aprendizagem e outras ações, com base no que se observa, são procedimentos inerentes ao processo avaliativo. Sem a ação pedagógica, não se completa o ciclo da avaliação na sua concepção de continuidade, de ação-reflexão-ação.

Para que o professor possa exercer essa forma mediadora de avaliação é importante conhecer como as crianças se desenvolvem e aprendem. Nesse sentido, as contribuições de estudos como de Piaget e Vygotsky nos permitem avançar nessa compreensão. Piaget apresenta os aspectos do desenvolvimento pelos quais as crianças passam desde o nascimento e como progridem ao longo do tempo, passando de um estado a outro em seu desenvolvimento mental. Destaca a importância da linguagem para o desenvolvimento do pensamento, sendo a linguagem “um veículo de conceitos e noções que pertencem a todos e reforça o pensamento individual com um vasto sistema de pensamento coletivo” (PIAGET, 1999, p. 28). Seus estudos, presentes em diversas publicações, explicam ainda outros aspectos do desenvolvimento e da construção do conhecimento pelos quais as crianças passam, e como as relações com os adultos e com o meio podem influenciar esses processos.

Vygotsky explica a importância da interação, principalmente por meio da linguagem e do meio social para os avanços das crianças. O autor desenvolve o conceito de zona de desenvolvimento proximal, que pode ser utilizado nos processos de avaliação para que o professor planeje suas propostas educativas e faça intervenções pedagógicas. Este conceito possibilita compreender o que a criança já desenvolveu e é capaz de realizar sozinha e o que está próxima de desenvolver (VYGOTSKY, 2007).

Apesar das diferenças nas concepções sobre o desenvolvimento humano que apresentam em seus estudos, esses autores destacam a importância da interação dos adultos com as crianças e entre elas para os avanços no desenvolvimento e na construção de conhecimentos. Nesse sentido, a escola pode ser um ambiente favorecedor desses processos pelas possibilidades de vivências sociais e experiências educativas, tendo o professor um papel fundamental na realização das mediações pedagógicas. Ao tratar da avaliação é necessário considerar que não são somente as crianças que precisam ser avaliadas. As DCNEI (BRASIL, 2009b) indicam que as instituições de educação infantil, além de avaliarem o desenvolvimento das crianças, “devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico”. O trabalho do professor também deve ser avaliado, bem como o contexto da instituição.

A fim de distinguir essas formas de avaliar, Didonet (2014) apresenta duas perspectivas de avaliação para educação infantil: avaliar **na** educação e avaliar **a** educação infantil. A primeira diz respeito à avaliação das crianças, realizada internamente nas instituições, com foco nos processos de desenvolvimento e aprendizagem, no qual as crianças são coautoras. Já a segunda, busca trazer informações sobre sua oferta, respondendo se e quando “atende à sua finalidade, aos seus objetivos e às diretrizes que definem sua identidade” (DIDONET, 2014, p. 340). Sobre este último aspecto, podemos citar o documento intitulado Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009a), que se refere à avaliação institucional como um procedimento de autoavaliação. Este documento propõe que as instituições de educação infantil possam “encontrar seu próprio caminho na direção de práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças e ajudem a construir uma sociedade mais democrática”. Nessa perspectiva, temos também a definição utilizada por Moro e Souza (2016, p. 86) para a avaliação de contexto:

Avaliar o contexto educativo significa avaliar a qualidade da oferta de Educação Infantil. Constitui-se uma oportunidade para as instituições de Educação Infantil reverem seus valores e construir bases para a melhoria constante das práticas educativas ali desenvolvidas. Todos os aspectos que constituem e contextualizam os serviços de Educação Infantil são passíveis de ser avaliados [...].

No processo de autoavaliação são identificados os avanços que a instituição já conquistou e em que aspectos ainda precisa avançar. A ampla participação de todos os envolvidos no processo educacional (professores, gestores, alunos, funcionários e comunidade) é essencial para a avaliação, haja vista a importância\* de se obter uma variedade de olhares sobre os diferentes aspectos que estão sendo avaliados e a possibilidade de construção de uma gestão democrática do processo educativo. É preciso ter claro que a avaliação institucional ou de contexto e a avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças têm focos e objetivos distintos, mas sendo ambas importantes para o oferecimento de uma educação de qualidade.

No tocante à avaliação das crianças, as indicações presentes nas DCNEI (BRASIL, 2009b) sobre o uso de múltiplos registros como relatórios, fotos, álbuns, desenhos, entre outros, mostra que existe uma variedade de instrumentos que podem e devem ser utilizados para avaliá-las, tendo em vista compreender de modo mais amplo os processos que elas vivenciam. A respeito dos registros, uma das referências que vem sendo muito utilizada, tanto no Brasil quanto em outros países, é a concepção de documentação pedagógica. As experiências das escolas de educação infantil italianas, principalmente de Reggio Emília, difundiram-se como inspirações de uma educação infantil que busca compreender e incentivar a criança a avançar em suas potencialidades, considerando-a como capaz, ativa, competente, crítica, devendo ser o ambiente escolar um espaço ideal para seu desenvolvimento (RINALDI, 2017). Documentar de forma sistemática é uma prática que os educadores de Reggio Emília usam há um bom tempo

como um aspecto essencial no trabalho com as crianças pequenas, atendendo a três importantes funções:

[...] oferecer às crianças uma “memória” concreta e visível do que disseram e fizeram, a fim de servir como um ponto de partida para os próximos passos na aprendizagem; oferecer aos educadores uma ferramenta para pesquisas e uma chave para melhorias e renovação contínuas; e oferecer aos pais e ao público informações detalhadas sobre o que ocorre nas escolas, como um meio de obter suas reações e apoio. (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 1999, p. 25).

Essa documentação não está associada somente ao processo de avaliação das crianças, mas também a um processo formativo para os professores, tendo em vista as possibilidades de reflexão pelas informações registradas e analisadas. Para desenvolver essa proposta não basta somente observar e registrar as informações, pois é preciso ter uma intencionalidade clara sobre a finalidade desses registros e refletir sobre o que eles trazem. É possível conceber a documentação pedagógica como um caminho que dialoga com as propostas orientadoras presentes em documentos oficiais sobre a avaliação. No tocante à realização de múltiplos registros indicados nas DCNEI (BRASIL, 2009b), Marques e Almeida (2012) explicam que, em linhas gerais, a documentação pedagógica ocorre como “sistematização do trabalho pedagógico, produção de memória sobre uma experiência, ação que implica a seleção e organização de diferentes registros coletados durante o processo educativo” (p. 445).

Além dos registros realizados pelo professor, por meio da escrita, outras formas de registros como fotos, filmagens, gravações de áudios, registros feitos pelas crianças por meio de suas produções, entre outros, contribuem para que seja possível conhecer ainda mais seu desenvolvimento e sua aprendizagem, assim como preveem as DCNEI (BRASIL, 2009). De acordo com Rinaldi (2017, p. 130), essa ampla variedade de registros possibilita à documentação pedagógica as seguintes vantagens:

Tornar visível (embora de maneira parcial e, assim, “partidária”) a natureza dos processos de aprendizado e as estratégias utilizadas por cada criança, e transformar os processos subjetivos e intersubjetivos em patrimônio comum.

Possibilitar a leitura, a revisitação e a avaliação, no tempo e no espaço de forma que essas ações se tornem partes integrantes do processo de construção do conhecimento.

Outro papel importante considerado na documentação pedagógica é a possibilidade de comunicação das práticas pedagógicas e experiências das crianças com as famílias, corroborando o que indicam a LDBEN e as DCNEI. Assim, as famílias têm a oportunidade de conhecer a educação que elas vivenciam no contexto escolar e reconhecer a importância da instituição na formação das crianças. A documentação pedagógica não se configura apenas como um modo de avaliar, pois envolve concepções sobre a educação infantil. Trata-se de uma abordagem ampla, que envolve diversos conhecimentos que precisam fazer parte do processo formativo dos professores para que seja possível sua realização.

Discussões sobre a avaliação na educação infantil precisam estar presentes nos contextos das instituições e nos processos de formação de professores, haja vista a necessidade de oferecimento de uma educação de qualidade que efetivamente promova o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

### **A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SOROCABA (SP)**

Com a intenção de reformular os instrumentos de avaliação da educação infantil da rede municipal de ensino de Sorocaba (SP), no ano de 2014, a Secretaria da Educação (SEDU) convidou alguns representantes dessas instituições e formou a Comissão de Avaliação da Educação Infantil (CAEI). O instrumento de avaliação utilizado na educação infantil era a Ficha de Avaliação do Desenvolvimento e Aprendizagem (FADA), a qual destacava as habilidades relacionadas aos aspectos cognitivo, social, afetivo e motor, com itens para serem assinalados, como por exemplo: “dramatiza histórias e fatos”; “brinca de faz de conta”. As crianças eram

classificadas como "sim", "não" ou "em processo", indicando o nível de desenvolvimento das habilidades.

O uso de fichas para registrar o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças na educação infantil é uma prática comum também em outros municípios do país, conforme apontam alguns estudos (SOUSA, 2013; GARMS, SANTOS, 2014; FURTADO, 2016). Contudo, este instrumento traz poucas informações sobre o processo educativo vivenciado pelas crianças vivenciam e as classificam de acordo com um parâmetro preestabelecido, não sendo um instrumento favorável para o processo de avaliação:

A análise qualitativa envolve dados explicativos, fatos sobre as crianças, relatos de situações, exemplos de suas falas e brincadeiras e se dá pela narrativa, não por fichas classificatórias. Em vez de analisar se uma criança está se desenvolvendo "mais ou menos" do que outras, é preciso fazer relatos sobre o seu jeito de ser e de aprender na escola para compreendê-la e lhe oportunizar o desenvolvimento pleno. (HOFFMANN, 2014a, p. 103).

Como resultado do trabalho da CAEI foi elaborado um caderno de orientações, intitulado Diretrizes para Documentação Pedagógica na Educação Infantil - DDPEI (SOROCABA, 2016), cuja versão final foi divulgada para a rede municipal em 2016. A partir daí, deixou-se de avaliar as crianças por fichas descritivas e passou-se a avaliá-las segundo os pressupostos da documentação pedagógica, por meio de múltiplos registros compostos por:

Avaliação Institucional; Projeto Político Pedagógico; portfólio da professora e do professor (o qual pode se constituir por plano anual, planos de aulas, relatórios reflexivos das ações, fotos, filmagens, amostras de trabalhos, devolutivas da equipe gestora, pais, entre outros); diário de classe; portfólios da criança. (SOROCABA, 2016, p. 17).

A proposta do caderno DDPEI não foi somente a mudança das formas de registro da avaliação na educação infantil, mas apresentou uma concepção mais ampla de avaliar, deixando o aspecto classificatório presente nas fichas descritivas e tendo em vista apreender mais informações sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, tornando-o mais visível para educadores, crianças e famílias. O caderno foi enviado às unidades escolares para que fosse estudado e implementado nas práticas pedagógicas dos professores, por meio da orientação das equipes gestoras, principalmente pelos orientadores pedagógicos.

Ainda que a proposta da documentação pedagógica contemple diversas formas de registros, o maior enfoque desse processo de mudança foi a escrita dos relatórios individuais das crianças. O relatório tornou-se o principal registro de avaliação, devendo ser apresentado às famílias e a outros educadores ou escolas de educação infantil. Como não era uma prática comum no processo de avaliação das crianças, esta proposta acabou gerando desafios para os professores e equipes gestoras, pois, além de propor uma nova concepção de avaliar, há a demanda de mais tempo e informações para sua elaboração em comparação ao preenchimento de fichas, como era realizado anteriormente. Apesar de gerar algumas dificuldades e inseguranças nos profissionais da educação infantil, esta proposta de mudanças quanto à avaliação possibilitou significativas discussões e buscas no sentido de construção de práticas avaliativas que focalizassem efetivamente o desenvolvimento e as aprendizagens das crianças.

Em meio a este movimento e aos desafios que surgiram com as novas orientações, questões relacionadas ao processo de avaliar as crianças na educação infantil, principalmente no tocante ao papel das professoras, emergiram nos contextos das instituições de educação infantil. Assim, foi desenvolvida uma pesquisa, que será abordada no texto a seguir, a partir dessas questões, que passaram a permear o cotidiano da pesquisadora, ao atuar como orientadora pedagógica da rede municipal neste período de implantação preliminar do caderno de orientações. A pesquisa teve a intenção de investigar qual a percepção que as professoras de educação infantil apresentam sobre o processo de avaliação, buscando compreender suas concepções, suas práticas avaliativas e a relação estabelecida com a prática pedagógica.

## A REALIZAÇÃO DE UMA PESQUISA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir dos questionamentos estabelecidos naquele momento, no âmbito de um curso de mestrado acadêmico em Educação<sup>1</sup>, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa (LUDKE e ANDRÉ, 1986), por meio de um estudo de caso (YIN, 2001), com a finalidade de investigar como as professoras de uma determinada instituição do município de Sorocaba (SP) percebiam a avaliação na educação infantil e as mudanças ocorridas nesse âmbito a partir da implementação das propostas das DDPEI.

Foram realizadas entrevistas, a partir de um roteiro semiestruturado (BOGDAN; BIKLEN, 1994), com cinco professoras, as quais permitiram conhecer suas concepções de avaliação, suas percepções sobre as propostas das DDPEI e como procuravam implementar tais propostas em suas práticas educativas. Foram consultados, ainda, os documentos presentes na unidade escolar sobre a avaliação, como os portfólios e relatórios das crianças, bem como atas e registros de reuniões em que as docentes trataram sobre esta temática.

Para análise dos dados foi utilizado o método de análise por categorias (BOGDAN; BIKLEN, 1994) que surgiram com o desenvolvimento da pesquisa. As categorias foram definidas após a coleta dos dados e com a leitura atenciosa das transcrições das entrevistas. Deste modo, foram definidas as seguintes categorias: concepções e práticas das professoras; dificuldades enfrentadas no processo de avaliação; participação das famílias no processo de avaliação das crianças; a avaliação e suas interferências na prática pedagógica.

### A avaliação na educação infantil e sua relação com a prática pedagógica

De modo geral, as professoras entendem que a avaliação orienta a prática pedagógica, mostra caminhos sobre como planejar as atividades didáticas e as etapas educativas seguintes, possibilitando, ainda a autoavaliação do trabalho que desenvolvem. Tal entendimento aproxima-se da concepção de avaliação mediadora (HOFFMANN, 2014a; 2014b; 2018), a qual está presente no Caderno de Orientações da SEDU (SOROCABA, 2016). O foco da avaliação não é somente a criança, mas também a prática pedagógica, prerrogativa presente nas DCNEI (BRASIL, 2009b), a qual determina que, além de avaliar as crianças, devem ser criados procedimentos para avaliar as práticas pedagógicas escolares.

Apesar de haver aproximações entre as concepções de avaliação e as práticas educativas realizadas pelas professoras com a legislação e os documentos orientadores sobre esta temática, as investigadas pouco conhecem documentos, que são referências importantes para as práticas avaliativas (DIDONET, 2014). Torna-se necessário ampliar os estudos e as discussões desses documentos no âmbito das instituições, por meio de processos de formação continuada de profissionais da educação infantil.

### A documentação pedagógica na educação infantil

O conceito de documentação pedagógica, presente no documento DDPEI (SOROCABA, 2016), apresenta-se como uma possibilidade de construção de um histórico do acompanhamento da criança, por meio de múltiplas formas de registro, com o objetivo de documentar os processos vivenciados para comunicar os pais e a comunidade escolar, dando visibilidade aos mesmos, bem como ser um aporte para reflexão dos professores sobre sua prática, por meio da revisitação dos registros (RINALDI, 2017). Nesse sentido, a documentação pedagógica destaca-se por ser uma possibilidade formativa para os professores.

Na instituição investigada, foi possível encontrar registros que demonstraram que tanto a avaliação como o conceito de documentação pedagógica se fizeram presentes em momentos de formação continuada no âmbito da instituição escolar, principalmente nas reuniões realizadas no Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC).

A proposta de documentação pedagógica, estabelecida nas propostas do DDPEI (SOROCABA, 2016), vem sendo implementada na instituição, principalmente por meio de relatórios e portfólios individuais das crianças. As professoras entrevistadas acreditam que esta

<sup>1</sup> A dissertação de mestrado (2018), de autoria de Autor.

proposta seja adequada para avaliar as crianças, principalmente em comparação com a prática anterior de avaliação descritiva, realizada por meio da Ficha de Avaliação do Desenvolvimento e Aprendizagem (FADA). Por parte das professoras houve, portanto, uma aceitação das propostas das DDPEI, pois as consideram um avanço para educação infantil e para a avaliação das crianças, haja vista terem-nas adotado em suas práticas educativas. As observações individuais e coletivas das crianças passaram a ser recorrentes nas práticas avaliativas das professoras, segundo um olhar contínuo e intencional.

A observação é um processo contínuo, pois requer o conhecimento de cada criança individual no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, a partir da sua forma de criação de significado para a experiência, necessariamente diferente da forma de atribuição de significado à experiência dessa outra criança individual que, embora da mesma idade, tem já outra história de vida, outra experiência, outra família, em outra cultura. (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2007, p. 28).

Manter um olhar observador para cada criança é um desafio no cotidiano dos professores que atuam na educação infantil, considerando que as turmas apresentam várias crianças, uma grande quantidade e variedade de tarefas educativas e realidades distintas e complexas. Ademais, a rotina escolar nem sempre se privilegia ou possibilita uma observação atenta dos aspectos inerentes ao desenvolvimento e à aprendizagem das crianças. Algumas ações e reações das crianças acabam se tornando comuns ao olhar do professor, que vai ficando acostumado a ver as mesmas coisas, sem encontrar novidades. Uma das professoras investigadas descreve como procura observar e intervir pedagogicamente no processo educativo:

[...] quando percebo algo interessante, alguma expressão, algum tipo de ideia ou de uma brincadeira, revelando o ambiente em que ela vive, eu procuro entrar nessa situação, fazer perguntas. De repente, a gente chega um pouco mais, tenta fazê-la refletir de alguma maneira, a ponto de ser desafiador, colocar algo a mais naquela situação. Tudo isso serve de apontamento para depois fazer o relatório individual da criança (professora da 1ª etapa<sup>2</sup>).

Além das ações de observar e intervir, essa professora destaca a preocupação de registrar as experiências e vivências das crianças em seus relatórios individuais, os quais são realizados semestralmente. O registro, além de documentar os processos educativos, pode ajudar a ver o cotidiano de forma mais atenta. "Escrevendo, poderemos limpar os olhos, clarear a visão, para melhor percebermos as crianças que estão nosso grupo, assim como as relações que vamos construindo" (OSTETTO, 2012, p. 22). De acordo com Fortunati (2012, p. 5), "a observação não espelha, mas sim interpreta a realidade". Sendo assim, as expectativas e intenções dos professores se tornam evidentes desde o olhar sobre as crianças e nos registros realizados, como nas ações pedagógicas que serão desenvolvidas para favorecer seus avanços cognitivos, sociais e motores.

No processo de avaliação, as professoras investigadas utilizam registros fotográficos, filmagens, anotações e trabalhos feitos pelas crianças para compor os relatórios individuais e os portfólios. Contudo, não mencionam retomar e utilizar esses registros para avaliar suas práticas pedagógicas, sendo este um aspecto que poderia ser utilizado no aperfeiçoamento de suas ações educativas. Dentre os registros utilizados pelas professoras, destacam-se os relatórios individuais das crianças, elaborados ao final de cada semestre e apresentados às famílias. Esses relatórios requerem das professoras uma observação permanente e uma ampla coleta de informações sobre as crianças, de modo a evidenciar seu desenvolvimento e as aprendizagens construídas ao longo de todo o processo educativo.

As professoras deixaram evidente a preocupação com a escrita desses relatórios, pois serão destinados a diferentes leitores. As dificuldades e preocupações com a escrita dos relatórios é compreensível, pois ao escrever sobre uma criança o professor não coloca somente informações sobre ela, mas também revela suas concepções e práticas, bem como a relação

<sup>2</sup> 1ª etapa: nomenclatura do agrupamento dos alunos do primeiro ano da pré-escola

professor/aluno (HOFFMANN, 2018). Para tanto, destaca-se a importância da formação profissional para que os professores possam avançar nessa escrita:

Os relatórios se destinam aos familiares, aos responsáveis pelas creches/pré-escolas e aos sistemas de ensino. Por essa razão, a forma de escrevê-los deve ser significativa aos leitores, o que exige formação para que desenvolva aprofundamento teórico e necessariamente se exercitem modos de registrar o que observam. (GUIMARÃES; OLIVEIRA, 2014, p. 286).

Para outra professora, esses relatórios são de extrema importância porque contam com informações sobre a criança, devendo ser possível visualizá-la nessa escrita. A importância do uso desse instrumento é evidenciado por Hoffmann (2014a, p. 120):

Em relação às crianças, os relatórios de avaliação são documentos importantes porque constituem a história do seu processo de construção de conhecimento, assegurando a sua individualidade no contexto escolar. Garante-se, por meio desse compromisso, o olhar reflexivo do professor sobre os interesses, conquistas, possibilidades e limites de cada criança, tornando-o participante de suas vivências, contextualizando o seu processo educativo, socializando tal processo com as famílias e outros professores e, dessa forma possibilitando aos que lidam com ela promover-lhe outras e diferentes oportunidades de aprendizagem.

Apesar de encontrarem alguns desafios no percurso de elaboração dos relatórios, o uso dos mesmos é visto pelas professoras como algo muito positivo no processo de avaliação na educação infantil.

#### A participação das crianças e das famílias no processo avaliativo

A participação das crianças no processo avaliativo é um aspecto importante, porém, não mencionado pelas professoras investigadas. No entanto, esta é uma prática orientada pelas DDPEI, haja vista ser possível uma significativa participação das crianças na avaliação, como na escolha de atividades que irão compor seus portfólios e o retorno a esses registros, que se constituem em "recursos válidos para se conhecer o que aprenderam, apreciar os progressos obtidos e partilhar essa compreensão com outras pessoas" (PARENTE, 2014, p. 296).

Em relação à participação das famílias, a maior parte das professoras considera que alguns pais têm interesse em conhecer os processos educativos, o desenvolvimento e as aprendizagens das crianças, ao passo que outros não se importam com essas informações. Para elas, o motivo pode ser a falta de conhecimento do papel da educação infantil, sendo esta vista predominantemente pelas famílias e pela sociedade como uma atividade que oferece essencialmente cuidado e assistência à criança. Ao dizerem que as famílias não têm interesse pela avaliação ou pelos percursos formativos das crianças, é necessário verificar o quanto a instituição tem revelado suas práticas educativas e permitido que conheçam e participem das mesmas.

#### Dificuldades e perspectivas em relação à avaliação na educação infantil

As professoras investigadas revelaram algumas dificuldades para realizar a avaliação das crianças, como as condições objetivas de trabalho que encontram no exercício da profissão, destacando-se a falta de funcionários, a falta de tempo para a elaboração dos registros e a carência de momentos de formação continuada sobre a avaliação na educação infantil. Marques e Almeida (2012) destacam que para que seja efetivado o trabalho com a documentação pedagógica existe uma demanda de tempo. Os professores precisam observar, fazer registros, organizá-los e analisá-los, torná-los parte da comunicação do seu trabalho e isso é uma tarefa que traz desafios em meio às suas atividades diárias. Esse tempo, às vezes, não consta no período de trabalho do professor, tornando-se uma grande dificuldade.

Ademais, as concepções conservadoras de ensino, avaliação e aprendizagem exercem uma poderosa influência sobre o fazer educativo dos professores. A desconstrução de uma concepção ou de uma prática educativa não é algo simples para os professores, principalmente se já possuem um tempo de experiência na docência. Conhecer outra possibilidade para o que já se acreditava que estava bom costuma causar resistência e insegurança. Em relação à

proposta de mudança quanto à avaliação, Hoffmann (2014a) ressalta que o foco não deve ser as inovações educacionais e os instrumentos, mas a concepção de avaliação, que ela defende como mediadora, sendo importante o estudo, as discussões e reflexões para que se forme uma base sólida para os profissionais que participam da avaliação, de modo que a nova proposta perdure. Em meio a esse contexto de mudanças do processo de avaliação, uma das professoras ressalta que a discussão sobre a avaliação proporcionou também a discussão sobre outras práticas da instituição: “[...] o estudo fez avaliar o próprio processo pedagógico, como ele evidencia realmente esse conceito de infância, de criança, que deve ser para o benefício delas. Então foi a avaliação que nos permitiu crescer nesse sentido” (professora da 1ª etapa).

Discutir a avaliação das crianças na educação infantil foi um ponto de partida para repensar outras práticas realizadas na instituição. A avaliação em si “trata-se de um campo de investigação, não de julgamento, que contribui decisivamente para busca de uma proposta pedagógica bem delineada” (OLIVEIRA, 2011, p. 261). Assim sendo, a avaliação, como um campo de investigação, permite que os professores conheçam melhor as crianças e reflitam sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem que elas estão vivenciando, possibilitando a tomada de decisões mais adequadas para conduzir suas práticas pedagógicas. Nesse sentido, a avaliação não tem como foco somente as crianças, mas também os professores, aproximando esses sujeitos e revelando pistas para uma educação infantil de qualidade, em que a criança é ouvida, respeitada e valorizada em suas potencialidades. Apesar do estudo de caso referir-se a uma única instituição, alguns aspectos podem ser recorrentes em outros contextos. Portanto, há ainda um caminho a ser percorrido para que a prática da avaliação na educação infantil se aproxime dos documentos legais e orientadores, bem como de concepções que considerem as especificidades da infância e os objetivos desta etapa da educação, que cada vez mais vem se consolidando como uma base para formação do ser humano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de destacar a importância da avaliação no âmbito da educação infantil, procuramos discutir algumas concepções e práticas avaliativas presentes nos documentos oficiais e em estudos inerentes a essa temática. Ademais, foram apresentados e discutidos aspectos inerentes à avaliação na educação infantil, tendo como base os resultados de uma pesquisa desenvolvida com professoras de um centro municipal de educação infantil, o qual passou a desenvolver suas atividades segundo novas orientações a respeito da avaliação. Tais orientações requereram de seus profissionais novas formas de compreender e realizar a avaliação das crianças.

Dentre as mudanças percebidas, destacam-se a substituição da ficha descritiva de avaliação pelo uso de múltiplos registros, como relatórios e portfólios, visando o acompanhamento das crianças, segundo o conceito de documentação pedagógica. No entanto, conforme constatado entre as professoras investigadas, não é apenas a escolha de um instrumento que define as formas de avaliação das crianças, mas também as concepções que orientam o trabalho pedagógico que realizam (MORO e NEVES, 2013, p. 16). Apenas a mudança de instrumentos não garante uma mudança da prática avaliativa (HOFFMANN, 2018), pois os professores precisam conhecer o papel que as concepções de avaliação exercem sobre suas práticas educativas e avaliativas (HOFFMANN, 2018). Por meio dessa reflexão, há a possibilidade de avançarem no estabelecimento de novos significados para a avaliação.

As concepções de avaliação impactam não somente a forma de avaliar as crianças, mas de conceber a educação infantil, haja vista ser esta uma etapa com características e especificidades próprias. Por isso, é essencial que os educadores tenham clareza sobre as finalidades da educação infantil e como desenvolver propostas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento e aprendizagem das crianças pequenas. Por meio dos relatos das professoras foi possível identificar a influência de concepções e propostas educativas das Diretrizes para Documentação Pedagógica na Educação Infantil sobre suas práticas educativas, bem como de alguns documentos legais orientadores da educação infantil.

Dificuldades quanto à avaliação na educação infantil também foram apontadas pelas professoras investigadas, tais como as condições objetivas de trabalho que encontram no exercício da profissão e a carência de oportunidades em relação à formação continuada. Nesse

sentido, algumas questões ainda merecem maior aprofundamento e, em alguns casos, novas investigações, como, por exemplo, como superar os desafios causados pela falta de condições de trabalho?; como promover momentos formativos que possam subsidiar a avaliação das crianças e proporcionar a realização de práticas educativas voltadas às suas necessidades?; como melhorar a relação com o ensino fundamental, que ainda apresenta a expectativa de uma preparação que a educação infantil não tem o dever de fazer?; como melhorar a participação das famílias e favorecer o reconhecimento das ações desenvolvidas com as crianças na instituição? A avaliação precisa ser compreendida como uma temática relevante na educação infantil, sendo um processo que permite o desenvolvimento de práticas pedagógicas que realmente atendam às necessidades das crianças. Todos os envolvidos nesse âmbito – estudantes, educadores e famílias – apresentam um papel significativo na construção de uma educação infantil que preza pela qualidade.

## REFERÊNCIAS

- BOGDAN, R., BIKLEN, S. K. *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos, Telmo Mourinho Baptista. Porto, Portugal: Porto Editora. 1994.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Diário Oficial da União, Brasília, 2009b.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394/96. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 20 dez. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Indicadores de qualidade na educação infantil*. Brasília, 2009a.
- DIDONET, V. A avaliação na e da Educação Infantil. In: GUIMARÃES, C. M.; CARDONA, M. J.; OLIVEIRA, D. R. (org.) *Fundamentos e práticas da avaliação na Educação Infantil*. Editora Mediação: Porto Alegre, 2014. p. 339-355.
- EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. *As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância*. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FORTUNATI, A. A observação como instrumento para conhecer, contar e refletir. *Revista Pátio Educação Infantil* – Educação Infantil. p. 4-7. Ano X, nº 30, Jan/Mar, 2012.
- FREITAS, L. C. de [et.al.]. *Avaliação Educacional: caminhando pela contramão*. 6ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FURTADO, A. P. A. *Avaliação na Educação Infantil: as práticas avaliativas em creches e pré-escolas municipais de Fortaleza na perspectiva das professoras*. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19669>. Acesso em 08 jan. 2021.
- GARMS, G. M. Z.; SANTOS, M. O. V. Concepções e práticas de avaliação na educação infantil brasileira. In: GUIMARÃES, C. M.; CARDONA, M. J.; OLIVEIRA, D. R. (org.) *Fundamentos e práticas da avaliação na Educação Infantil*. Editora Mediação: Porto Alegre, 2014. p. 127-142.
- GODOI, E. G. *Avaliação na educação infantil: um encontro com a realidade*. 3ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- GUIMARÃES, C. M.; OLIVEIRA, D. R. Avaliação na creche e na pré-escola: possibilidades e limites. In: GUIMARÃES, C. M.; CARDONA, M. J.; OLIVEIRA, D. R. (org.) *Fundamentos e práticas da avaliação na Educação Infantil*. Editora Mediação: Porto Alegre, 2014 p. 271-290.

HOFFMANN, J. *Avaliação e Educação Infantil*: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 19 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2014a.

HOFFMANN, J. Avaliação mediadora na educação infantil. In: GUIMARÃES, C. M.; CARDONA, M. J.; OLIVEIRA, D. R. (org.) *Fundamentos e práticas da avaliação na Educação Infantil*. Editora Mediação: Porto Alegre, 2014b p. 243-254.

HOFFMANN, J. *Avaliação mediadora*: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 34ª ed. Porto Alegre. Mediação, 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação*: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, A. C. T. L.; ALMEIDA, M. I. de. A documentação pedagógica na abordagem italiana: apontamentos a partir de pesquisa bibliográfica. *Revista Diálogo Educacional*. Curitiba v. 12, n. 36, p. 441-458, maio/ago, 2012. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/4639>. Acesso em: 08 jan. 2021.

MORO, C. *Reflexões sobre a avaliação das crianças na educação infantil*: escutas, olhares, registros atentos. In: CANCIAN, V.A.; Gallina S. F. da S.; Weschenfelder, N. *Pedagogias das infâncias e docências*. Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2016. p. 341-349. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/2310>. Acesso em 20 dez. 2020.

MORO, C.; NEVES, V. F. A. Avaliação na educação infantil: um debate necessário. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 24, n. 55, p. 272-302, São Paulo, abr./ago. 2013. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1821/1821.pdf>. Acesso em: 17 set. 2017.

MORO, C.; SOUZA, G. Avaliação e educação infantil. In: *Currículo e linguagem na educação infantil* - Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 1ª ed. - Brasília: MEC /SEB, 2016. Disponível em: [http://pacto.mec.gov.br/materiais-listagem/item/download/9\\_539b92b180f034ef9cec44b85f4fa03c](http://pacto.mec.gov.br/materiais-listagem/item/download/9_539b92b180f034ef9cec44b85f4fa03c). Acesso em: 08 jan. 2021.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. *Educação infantil*: fundamentos e métodos. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. *Pedagogia(s) da infância*: dialogando com o passado: construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OSTETTO, L. E. Observação, registro, documentação: nomear e significar experiências. In *Educação infantil*: Saberes e fazeres da formação de professores. Luciana Esmeralda Ostetto (org.) - 5ª ed. Campina, SP: Papiros, 2012. p. 13-32.

PARENTE, C. Portfólio: uma estratégia de avaliação na educação infantil. In: GUIMARÃES, C. M.; CARDONA, M. J.; OLIVEIRA, D. R. (org.) *Fundamentos e práticas da avaliação na Educação Infantil*. Editora Mediação: Porto Alegre, 2014. p. 293-306.

PIAGET, J. *Seis estudos de Psicologia*. Tradução Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 24ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

RINALDI, C. *Diálogos com Reggio Emilia*: escutar, investigar e aprender. Tradução de Vania Cury. 5ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

SOROCABA. Secretaria da Educação. *Diretrizes para Documentação Pedagógica na Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba*. Caderno de Orientações SEDU. Sorocaba, 2016. Disponível em: <http://educacao.sorocaba.sp.gov.br/cadernos/wp-content/uploads/sites/3/2019/03/caderno-04.pdf>. Acesso em 08 jan, 2021.

SOUSA, J. F. de. *A avaliação da aprendizagem no contexto da educação infantil: o fazer do professor da rede municipal de Teresina*. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14369>. Acesso em 08 jan, 2021.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução Daniel Grassi - 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

### A avaliação na educação infantil: um estudo de caso sobre as percepções de professoras do município de Sorocaba/SP

The evaluation in early childhood education: a case study about the perceptions of teachers of the city of Sorocaba – SP

La evaluación en la educación infantil: un estudio de caso sobre las percepciones de profesoras del municipio de Sorocaba – SP

#### Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância da avaliação para a educação infantil, com enfoque nas concepções e práticas avaliativas. O texto apresenta aspectos presentes na legislação e em documentos orientadores sobre a temática da avaliação nesta etapa, bem como estudos e pesquisas de autores que abordam essa discussão. Consideramos que avaliar na educação infantil é parte intrínseca da prática pedagógica e que deve buscar favorecer o processo de ensino-aprendizagem, não ocorrendo apenas em momentos de final de percurso, mas permeando todo o processo vivenciado nas instituições. Por fim, é compartilhado um estudo de caso realizado com professoras de um centro municipal de educação infantil referente à percepção que apresentam do processo de avaliação das crianças em um contexto de mudança de orientações. Foram verificados avanços e dificuldades enfrentadas pelas docentes nesse processo de novas concepções e práticas de avaliação, bem como relações estabelecidas com suas práticas pedagógicas.

**Palavras-chave:** Avaliação. Educação infantil. Documentação pedagógica.

#### Abstract

This study aims to discuss the importance of early childhood education, focusing on conceptions and evaluation practices. The text introduces present aspects in the legislation and in guidance documents on the subject of the evaluation in this period, as well as the studies and researches of authors who talk about this discussion. Evaluating in the childhood education is an intrinsic part of the pedagogical practice and has to favor the teaching-learning process, not only occurring in the end-of-course moments but being part of every process experienced in the institutions. Finally, is shared a case study carried out with teachers of a nursery school about of their perception of the children evaluation in a context of change of guidelines. Were verified progress and difficulties faced by teachers in this process of new conceptions and evaluation practices, as well as relationships established with their pedagogical practices.

**Keywords:** Evaluation. Early childhood education. Pedagogical documentation.

#### Resumen

Este trabajo tiene como objetivo discutir la importancia de la evaluación para la educación infantil, con enfoque en las concepciones y prácticas evaluativas. El texto presenta aspectos presentes en la legislación y en documentos orientadores sobre la temática de la evaluación en esta etapa, así como estudios e investigaciones de autores que abordan esa discusión. Consideramos que evaluar en la educación infantil es parte intrínseca de la práctica pedagógica y que debe buscar favorecer el proceso de enseñanza-aprendizaje, no ocurriendo apenas en momentos de final de recorrido, sino permeando todo el proceso vivido en las instituciones. Por último, se comparte un estudio de caso realizado con profesoras de un centro municipal de educación infantil referente a la percepción que presentan del proceso de evaluación de los niños en un contexto de cambio de orientaciones. Se verificaron avances y dificultades enfrentadas por las docentes en ese proceso de nuevas concepciones y prácticas de evaluación, así como relaciones establecidas con sus prácticas pedagógicas.

**Palabras-clave:** Evaluación. Educación infantil. Documentación pedagógica.